



PROJETO DE LEI Nº 006/13, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

Cria cargos no quadro de provimento efetivo.

Art. 1º Ficam criados cargos no Quadro de Provimento Efetivo, do Município de Itaqui, conforme abaixo descrito:

Denominação de Categoria Funcional	Nº de Cargos	Padrão
Enfermeiro	08	10
Técnico em Enfermagem	13	08
Psicólogo	03	12
Assistente Social	01	10

Art. 2º Fica alterado o número de Cargos, no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, existente no art. 1º, da Lei Municipal nº 1.799, de 20.3.1991, criado pelo art. 1º da Lei Municipal nº 2.249, de 17.9.1996, relativos as categorias funcionais abaixo descritas:

Denominação de Categoria Funcional	N.º de Cargos	Padrão	Vencimento Básico R\$	Carga Horária
Enfermeiro	13	10	1.898,36	40hs semanais
Técnico em Enfermagem	20	08	1.314,27	40hs semanais
Psicólogo	18	12	1.460,26	20hs semanais
Assistente Social	09	10	1.898,36	40hs semanais

Art. 3º As atribuições das Categorias Funcionais do artigo anterior são as constantes no Anexo I, da L. M. 2.249, de 17.9.1996, permanecendo inalterados todos os demais dispositivos desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 13 DE MARÇO DE 2013.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 006/13, DE 13 DE MARÇO DE 2013.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando o presente projeto de lei para colher a indispensável autorização legislativa para a criação de cargos no Quadro de provimento efetivo do Município, relativos as categorias funcionais de enfermeiro, técnico em enfermagem, Assistente Social e psicólogos, eis que servidores detentores de cargos de provimento efetivo do Município deverão atuar junto às Estratégias de Saúde da Família – ESF, na Estratégia Agentes Comunitários de Saúde – EACS e nos Centros de Atendimento Psicossocial – CAPS, bem como em projetos terapêuticos e de saúde mental já aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde, e ainda, para suprirem necessidades de Unidades Básicas de Saúde – UBS, uma vez que há lista de aprovados no concurso público realizado pelo Município no ano de 2012, o qual está em plena validade.

Bom salientar que compete à lei em sentido estrito a criação de cargos e funções públicas, conferindo-lhes denominação própria, definindo as suas respectivas atribuições e fixando-lhes o padrão de vencimentos. A Emenda Constitucional nº [32/2001](#), embora tenha permitido ao Chefe do Executivo dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração quando não implicar aumento de despesas ou criação ou extinção de órgãos públicos, não afastou a obrigatoriedade de lei em sentido estrito para a criação de cargos públicos **com a especificação de suas respectivas atribuições**. De acordo com o consagrado professor Hely Lopes Meirelles, **“cargo público é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei”** (in Direito Administrativo Brasileiro, 25ª edição atualizada, Malheiros Editores, pág. 380).

O art. 3º, da Lei Municipal nº 1751/90, do Regime Jurídico Único, estabelece que **“cargo público é o criado em lei, em número certo, com denominação própria, remunerado pelos cofres públicos, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor público”** (grifamos).

A criação dos cargos efetivos denominados por esta Lei, vai possibilitar a utilização de enfermeiros, técnicos de enfermagem e assistente social, todos servidores públicos detentores de cargos de provimento efetivo, em equipes das ESF's, da EACS e dos CAPS, fortalecendo o vínculo profissional de saúde – comunidade, pois a permanência do mesmo profissional sem a preocupação de vencimento de contratos e interrupção dos serviços proporcionará mais qualidade ao trabalho e melhores resultados.

Ademais, cumpre salientar que as contratações emergenciais para os cargos que compõem as equipes de ESF, da EACS e dos CAPS não serão mais possíveis, uma vez que há concurso público com validade no Município, fato pelo



GABINETE DO PREFEITO

qual não poderá mais ser contratado emergencialmente profissionais para os cargos de enfermeiro, técnico de enfermagem e assistente social, uma vez que há lista de aprovados no concurso público supramencionado, e sob pena de burla ao concurso público, com a devida responsabilização do Gestor Público que incorrer em novas contratações emergenciais nestes casos.

Ainda, a lotação de servidores do quadro efetivo juntos aos ESF's, EACS e CAPS dará melhor qualidade na prestação dos serviços em saúde propostos, propiciando continuidade à equipe, o que ajuda na melhor interação do profissional com os pacientes e a comunidade com a qual está envolvida.

Importante salientar que não haverá aumento de despesas de pessoal com a criação desses cargos efetivos. Salienta-se que há profissionais contratados emergencialmente para atuarem nas ESF's, EACS e CAPS, que percebem remunerações maiores que os servidores do quadro efetivo da mesma categoria. Todavia, as contratações emergenciais, como já dito acima, não poderão ser mais realizadas para aqueles cargos que há lista de aprovados no concurso público realizado pelo Município no ano de 2012.

Ademais, além da lotação dos profissionais efetivos nas ESF's, EACS e CAPS, (enfermeiro, técnico em enfermagem e assistente social) a presente autorização legislativa para criação dos cargos de psicólogos se justifica para possibilitar ao Município colocar em prática os projetos já aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde como o Residencial Terapêutico, as Oficinas Terapêuticas, além do Ambulatório de Saúde Mental, possibilitando atender adequadamente as crianças que precisam de assistência à saúde mental do nossa Comunidade.

Também há a necessidade de disponibilizar enfermeiros e técnicos em enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde – UBS, da Ênio Sayago, da COHAB, do 24 de Maio, Cafifas e no próprio Centro de Saúde, com a finalidade constitucional de prestar de forma eficiente os serviços na área de saúde pública do nosso Município.

Diante do exposto, encaminhamos aos nobres Edis o presente projeto de lei, pugnando pela aprovação, após o devido debate e apreciação por esta Colenda Casa Legislativa.

GABINETE DO PREFEITO, EM 13 DE MARÇO DE 2013.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito